

## **Pilar IV – Desenvolvimento Económico - Revisão Semestral Agosto de 2007**

### **Introdução**

No período em análise, os sectores que constituem o Pilar de Desenvolvimento Económico tiveram, no geral, um desempenho positivo embora limitado onde se destaca o crescimento do crédito bancário ao sector privado, a bancarização da Economia principalmente fora das grandes cidades, e o desenvolvimento de acções tendentes a melhorar a gestão dos recursos naturais designadamente os recursos pesqueiros e florestais.

A agricultura demonstrou um desempenho positivo em relação a todos os seus indicadores no âmbito do QAD e no sector de energia há a destacar a realização de 43.102 novas ligações de consumidores à rede eléctrica nacional. No sector de estradas, apesar dos números não corresponderem às expectativas, houve um trabalho de preparação de projectos que, poderão resultar num maior volume de obras. Apesar de persistirem constrangimentos, o ambiente de negócios registou alguns avanços com a institucionalização dos Balcões de Atendimento Único, a abertura do Centro de Informação de Negócios e a aprovação da lei de trabalho. A consolidação do Balcão do Registo de Entidades Legais permitiu uma redução considerável do tempo necessário para se registar uma empresa. Não obstante, torna-se cada vez mais premente a melhoria dos mecanismos de diálogo prévio tanto intra-governamentais assim como com o sector privado.

### **Sector Financeiro**

O sector financeiro registou um desempenho positivo, consubstanciado no crescimento do crédito ao sector privado e na expansão da rede bancária através da abertura de balcões fora das principais cidades. O Banco de Moçambique procedeu ao (i) lançamento da estratégia de bancarização da economia; (ii) concluiu o processo de abertura de agências nas capitais provinciais, o que permitirá a redução dos custos operacionais para o sistema bancário e facilitação do licenciamento e registo de novos operadores e, (iii) a criação de incentivos para a expansão dos serviços bancários para as zonas rurais através do Aviso 10/GGBM de 2007.

### **Sector Privado e ambiente de negócios**

O Governo tem insistido na necessidade de melhorar o ambiente de negócios no país. Apesar de esforços nesse sentido, algumas medidas tomadas, entre elas, a questão do custo da inspecção não intrusiva de mercadorias (*scanning*) e do Aviso 2 do Banco de Moçambique, ressaltam a necessidade de uma maior coordenação dos vários sectores do governo bem como uma maior interacção com o Sector privado. O diploma 77/2007 do Ministério das Finanças reduziu os custos com o *scanning* mas não corresponda ainda às expectativas do sector privado nem às melhores práticas internacionais.

As propostas inseridas no projecto de Decreto de Simplificação de Licenciamento que previa a eliminação de mais de 200 licenças e a Estratégia de Melhoria do Ambiente de Negócios elaboradas pelo Ministério da Indústria e Comércio ainda não foram aprovadas. A adopção destes instrumentos facilitará aos agentes económicos o acesso ao exercício de actividades económicas. O reembolso do IVA embora tenha melhorado, não se atingiram ainda os prazos de reembolso estabelecidos na lei. Persiste a necessidade de imprimir maior transparência e coordenação nas inspecções às empresas bem como a consolidação do funcionamento das secções judiciais comerciais por forma a reduzir a demora e os custos dos processos ligados ao comércio. Foi aprovada uma política da concorrência que ainda precisa ser operacionalizada de forma a prevenir práticas contrárias a livre concorrência

Para os anos 2008 e 2009 serão mantidos os mesmos indicadores: redução do custo de despedimento (31) e, tempo para iniciar um negócio (32); Espera-se por um lado, que a meta para este ano sobre o “tempo para iniciar um negócio” possa ser atingida. Conforme já proposto (Abril de 2007), o sector

propõe adicionar o novo indicador para a área do Comércio, “número de dias que leva a executar uma operação de importação/ exportação” dadas as dificuldades verificadas nesta área.

### **Agricultura**

O desempenho do MINAG foi satisfatório tendo em conta o grau de realização dos indicadores de referência que variou entre 77% e 94%, nomeadamente: “nº total de camponeses assistidos pelos serviços públicos de extensão” (94%), “nº de hectares de novos regadio construídos e/ou reabilitados com fundos públicos (81%) e “percentagem de processos tramitados e registados no prazo de 90 dias” (77%). Caso o nível de desempenho se mantenha, serão atingidas as metas para 2007. À excepção do indicador sobre terras que foi revisto de acordo com a recomendação da revisão conjunta, os outros dois continuam para 2008 com as respectivas metas. O novo indicador é “No. de comunidades locais delimitadas e registadas no atlas cadastral”.

A decisão da elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Agrário, actualizada e abrangente, foi assumida pelo MINAG. Este documento, que se prevê concluído em Dezembro próximo, juntamente com o Cenário de Despesas de Médio Prazo (CDMP), permitirá uma melhor alocação e racionalização de recursos em conformidade com as prioridades do sector. Não obstante, o MINAG continua a enfrentar desafios nas áreas de capacitação institucional e de descentralização com vista a identificar e implementar medidas correctivas que, a curto e médio prazos, permitam o alcance de resultados com impacto positivo e sustentável no terreno. Neste sentido, foi concluído um importante estudo que visa o melhoramento de estatísticas agrárias, uma contribuição valiosa para a avaliação do desempenho do sector, melhor planificação e redefinição de estratégias de intervenção. O grau de execução orçamental relativo ao primeiro semestre foi para o funcionamento, investimento interno e investimento externo de cerca 30%, 29% e 9% respectivamente. Relativamente aos desembolsos ocorridos durante o período, a execução ascendeu a 97%, 86% e 48% para o funcionamento, investimento interno e investimento externo respectivamente.

Em relação a gestão de recursos naturais, o MINAG efectuou uma avaliação integrada das florestas do país, para avaliar a sua extensão e composição florística, tanto em quantidade como em qualidade, por forma a conceber instrumentos para uma melhor gestão e conservação do recurso. Esta avaliação resultou: (i) na actualização do mapa de cobertura de terra, (ii) no inventário florestal nacional, (iii) nos inventários florestais de Manica e Maputo. Está igualmente prevista a avaliação da biomassa lenhosa à escala nacional para complementar a informação existente. No que se refere a fauna, está em fase de realização o respectivo censo, para actualização da informação sobre populações de animais bravios no país. Na área de terras, está em curso o levantamento das ocupações, com destaque para a zona costeira onde há maior potencial para ocorrência de conflitos.

### **Sector de Estradas**

No início do semestre, o sector concentrou a suas atenções na finalização do Programa Integrado de Sector de Estradas, PRISE, e de outra documentação complementar para a sua implementação, nomeadamente MoU e CoC com os Parceiros de Desenvolvimento, PAF e PIP e o Contrato Programa entre ANE e o Fundo de Estradas. Este processo culminou com a aprovação e lançamento do PRISE no dia 27 de Fevereiro de 2007.

O PRISE introduz uma nova forma de abordagem na implementação dos programas do sector com a introdução de auditorias técnica e de procurement, para além da financeira, e um sistema de monitoria e avaliação do desempenho, que terá lugar nos encontros semestrais entre o sector e os Parceiros de Desenvolvimento. O PRISE tem conhecido atrasos na sua implementação devido dentre outros factores, à lentidão do processo de reestruturação da ANE, este já está em curso tendo já sido aprovada

a sua nova estrutura e a selecção, através de concurso público, do seu Director-Geral. Foi igualmente nomeado um novo Conselho de Administração e, neste momento, está em curso o processo de selecção e recrutamento dos seus directores executivos e delegados provinciais.

A Tabela 1. abaixo ilustra a realização em termos físicos.

| Descrição da Actividade       | Plano - km |           | Realiz. Semestral |    |
|-------------------------------|------------|-----------|-------------------|----|
|                               | Anual      | Semestral | Física- km        | %  |
| Reab. de Estradas Primarias   | 297        | 102       | 70                | 68 |
| Reab. de Estradas Secundarias | 20         |           | 0                 |    |
| Reab. de Estradas Regionais   | 610        |           | 0                 |    |
| Man. Periódica de Estradas    | 1,197      | 425       | 90                | 21 |
| Man. de Rotina de Estradas    | 17,200     | 10,161    | 7,086             | 70 |
| Reab. e Construção de Pontes  | 10 No.     |           |                   |    |

A Tab 2 abaixo apresenta a execução do orçamento de investimentos em 10<sup>3</sup>Mts, durante o I semestre. De referir que durante o período em análise não houve problemas de desembolsos com as Finanças.

| Descrição                    | Valor Proposto      | Valor Aprovado      | %           |
|------------------------------|---------------------|---------------------|-------------|
| <b>Financiamento Interno</b> | <b>3,010,456.18</b> | <b>1,371,305.99</b> | <b>45.6</b> |
| Recursos de Tesouro          | 1,248,747.18        | 486,195.51          | 38.9        |
| Receitas Consignadas         | 1,761,709.00        | 885,110.48          | 50.2        |
| <b>Financiamento Externo</b> | <b>3,730,130.96</b> | <b>1,134,302.44</b> | <b>30.4</b> |
| <b>Total</b>                 | <b>6,740,587.14</b> | <b>2,505,608.43</b> | <b>37.2</b> |

Em relação ao indicador constante no QAD, o levantamento das condições das estradas conhece algum atraso devido por um lado ao processo de reestruturação do sector e por se estar a introduzir um novo sistema de avaliação das condições das estradas, que será previamente discutido com os parceiros de cooperação por outro. Assim, a informação necessária para avaliar as condições das estradas estará disponível só depois da introdução do novo sistema, que fornecerá uma base consistente que permita estabelecer as metas para os próximos anos.

### Energia

De um modo geral, o desempenho das actividades no Sector de Energia foi positivo, com destaque para a realização de 43.102 novas ligações de consumidores à rede eléctrica nacional, o que permitiu atingir 62 % da meta estabelecida no QAD e assinado o Contrato-Programa entre o GOM e a EDM-E.P., para o período de 2007 a 2009. Relativamente à operacionalização do CNELEC, está em curso o processo de selecção dos membros constituintes. Com vista a melhorar os serviços de educação e saúde em algumas zonas rurais do país sem acesso à energia eléctrica da Rede Nacional de Transporte de Energia Eléctrica (RNT), está em curso a mobilização do empreiteiro para o início das obras com vista a electrificação de escolas e centros de saúde, através de painéis solares.

Propõe-se a integração do Sector de Energia no QAD e actualização da meta de novas ligações, passando de 30.000 para 70.000 novas ligações por ano, devido ao sobre-cumprimento das metas previamente definidas, sendo aplicável para 2007, 2008 e 2009. A execução orçamental durante o I Semestre de 2007 foi cerca de 27%, dos quais 66% foram para o funcionamento, 70% para o

investimento interno e 28% para a componente externa. Estes dados incluem O Ministério de Energia e Instituições subordinadas e tuteladas.

### **Pescas**

Durante o primeiro semestre de 2007 assistiu-se a uma redução da capacidade de pesca, devido maioritariamente ao facto de haverem barcos que não puderam estar preparados para a época aliado ao decréscimo no número de embarcações licenciadas. Por outro lado os exportadores de produtos pesqueiros enfrentaram uma forte concorrência por parte de produtores de outros países e regiões que operam sob condições mais favoráveis. A indústria de aquacultura produziu 20% abaixo do planificado em virtude de uma empresa de aquacultura de camarão haver encerrado. Os resultados semestrais permitem aferir que as exportações atingirão a fasquia dos 85% em relação às metas planificadas. O custo elevado dos combustíveis constitui o maior constrangimento para o subsector industrial e semi-industrial. Já a pesca artesanal registou um desenvolvimento positivo e as metas serão alcançadas em cerca de 104%.

Um maior desafio para 2008 será a prospecção de mercados alternativos aos da EU, com ênfase sobre as oportunidades que se abrem no mercado asiático. Por outro lado, os esforços que estão a ser feitos para melhorar a qualidade dos produtos pesqueiros, implementados aos níveis provincial e distrital, irão contribuir para o acesso gradual ao mercado externo. Estão em curso actividades de MCV – Monitorização, Controle e Vigilância; legislação (lei das pescas); estabelecimento de instituições de gestão local das pescarias (Associações, Conselhos Comunitários de Pesca e Comités de Co-Gestão). Foi finalizada a contratação de uma embarcação patrulha. Em relação à execução orçamental, o sector teve uma execução global de 40%, sendo 39% do orçamento anual de funcionamento o que perfaz uma despesa de 28,5M Mtn que representa um crescimento de 22% em relação ao I Semestre de 2006. Já o orçamento de Investimento sofreu uma redução de 1% em relação ao período homólogo do ano transacto, tendo totalizado 42,7M Mtn representando 40% do orçamentado. Neste momento, não se encontra disponível o agregado da execução do orçamento de fundos externos.

### **Desenvolvimento Rural**

O desenvolvimento rural mereceu uma tenção ao longo do I Semestre de 2007, assim, no sector de estradas, enquanto decorre o estudo sobre a estratégia de intervenção na rede não classificada, o sector está a preparar uma proposta por forma a dotar, a partir de 2008, aos distritos de verbas específicas que serão geridas pelos Governos Distritais em programas de manutenção desta rede.

Com o objectivo de impulsionar a bancarização da economia rural foram estabelecidos “Mecanismos de Concessão de Incentivos de Natureza Fiscal, Aduaneira, Bancária e Administrativa aos Bancos e Instituições de Microfinanças que criem Agências ou outras formas de representação nas zonas rurais do Território Nacional”, tendo sido criado para o efeito um *Task Force* para o acompanhamento da Bancarização da Economia e da Bancarização do Imposto (TFBEI). Paralelamente, o PAFR (programa de apoio às finanças rurais) tem vindo a desenvolver acções no âmbito da expansão dos serviços financeiros para as zonas rurais através do apoio financeiro aos operadores que actuam ou pretendam instalar-se nas zonas rurais.

O programa de electrificação rural no país, tem sido feito através da extensão da RNT e através de Sistemas Eléctricos Isolados na base de Grupo Geradores a diesel e Sistemas Foto voltaicos, (Painéis Solares). Deste modo, com vista a assegurar a electrificação de todos os distritos previstos no Plano Económico e Social para 2007, o programa de electrificação rural através da RNT permitiu elevar para 60, o total de distritos ligados a RNT, até ao final do I semestre do ano em curso. Deste modo, a energia tem contribuído na melhoria da qualidade de vida dos moçambicanos através do aumento de

iniciativas de actividades económicas e de rendimento, crescimento na área da educação, melhoria nos serviços de saúde e nos serviços de abastecimento de água.

Os esforços para a melhoria da qualidade do pescado através da capacitação das instituições locais de gestão das pescarias, presentemente em curso a nível provincial e distrital, contribuirão para melhorar a qualidade dos produtos pesqueiros contribuir para uma fácil penetração de mercados externos.

Na nova Estratégia de Desenvolvimento Agrário o papel do MINAG será melhor definido, incluindo a coordenação intersectorial, de forma a responder aos objectivos do Governo na prestação de serviços aos produtores, contribuindo assim para um desenvolvimento agrário alinhado com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Rural.